

Boletim Observatório de África Nº71

Março/Abril 2018

- **A Maior Barragem de África**
- **CEDEAO Pretende Criar Moeda Única**
- **A Influência Turca em África**
- **Moçambique tenta Renegociar a Dívida**
- **Filho de Khadafi Pondera Candidatura Presidencial**
- **África Cria Zona de Comércio Livre**
- **Justiça Sul-Africana Investiga Ex-Presidente Zuma**
- **Eleições Presidenciais no Egito**
- **China Avança com a Cooperação Militar em África**
- **Presidente do Zimbabwe Revê Política da Terra**
- **Nova Proposta para a Resolução da Crise Guineense**

A Maior Barragem de África

A maior barragem do continente africano, e uma das maiores do mundo, está a ser construída no sudoeste da Etiópia na região de Benishangul-Gumuz, a aproximadamente 40 km a leste da fronteira com o Sudão.

Designada por grande barragem do Renascimento Etíope, também é conhecida pelo nome de barragem do Milénio, esta infraestrutura começou a ser construída em 2011, prevendo-se a sua conclusão em 2019. Quando estiver pronta, esta barragem será a maior de África e a sétima maior do mundo. O financiamento para a sua construção, orçada em 4.5 mil milhões de USD, veio apenas de fontes domésticas e do apoio das comunidades etíopes no exterior.

Quando estiver concluída, esta barragem terá capacidade para produzir de 6.000 megawatts de energia, mas do que suficiente para abastecer o país, permitindo que a Etiópia possa vir a exportar energia para a região.

Para além da sua capacidade de produção energética, esta barragem poderá mudar a vida de milhões de pessoas que atualmente enfrentam crescentes dificuldades em aceder à água, quer seja para o consumo, quer seja para as atividades agrícolas.

Esta barragem terá capacidade para armazenar 63 quilómetros cúbicos de água, criando um lago com 250 quilómetros de extensão. Esta possibilidade será determinante para a Etiópia, um dos países mais afetados pela diminuição da pluviosidade, situação claramente associada às alterações climáticas.

Para além desta barragem, a Etiópia tem, desde 2016, uma outra grande barragem em funcionamento, a barragem de Gibe III no rio Omo, a qual fica a sudoeste da capital etíope, Adis Abeba. Com capacidade para produzir cerca de 1.870 MW, contou com um forte apoio financeiro chinês para a sua construção a qual não esteve isenta de críticas devido aos impactos ambientais e sociais que provocou.

Mesmo após a conclusão, ainda vai demorar alguns anos até que a barragem do Renascimento Etíope tenha a água suficiente para poder ser utilizada no seu pleno potencial. Esta demora está associada à necessidade da Etiópia respeitar os acordos assinados com o Egito e com o Sudão no que diz respeito à gestão da água do Nilo.

Mas se esta obra emblemática significará a melhoria das condições de vida dos etíopes, ajudando a combater os efeitos das crescentes secas que o país vive, também não está isenta de problemas, nomeadamente, ao nível do relacionamento com os países vizinhos. A retenção de grandes quantidades de água causou algum mal-estar no Egito e no Sudão, temendo ambos ver diminuída a quantidade de água disponível para os seus países.

Com vista a obter o apoio do Egito e do Sudão para esta construção, a Etiópia assinou, em março de 2015, um acordo com estes dois países através do qual obteve a sua concordância para a obra, desde que a mesma não prejudicasse os interesses egípcios e sudaneses.

Apesar do acordo alcançado, a tensão entre Adis Abeba e o Cairo por causa desta barragem tem vindo a agravar-se. Para o Egito qualquer diminuição do caudal do Nilo terá consequências desastrosas, uma vez que mais de 90% da sua população vive em zonas próximas deste rio.

Para a Etiópia a entrada em funcionamento desta barragem é prioridade máxima, não só pelos benefícios que terá no campo da agricultura, na produção de energia e de abastecimento de água às populações, mas será essencial para travar a perda de terreno fértil devido à degradação dos solos.

A futura produção de energia elétrica será uma clara mais-valia para a economia etíope, pois irá permitir que o país passe a vender eletricidade aos países vizinhos, nomeadamente, à Eritreia, ao Sudão do Sul, ao Djibuti e ao Quênia. Paralelamente, este aumento da capacidade de produção elétrica do país será essencial para apoiar o crescimento da economia etíope.

A gestão da água nesta região tem um enorme potencial de conflito. Não só o governo egípcio já fez saber que não aceitará ser prejudicado, como já há outros casos, nomeadamente no Sudão do Sul, em que o acesso à água, e consequentemente o controlo dos terrenos mais férteis, é a principal fonte do conflito que se regista no seu território.

Face às alterações climáticas e às suas consequências no continente africano, a aposta de vários governos na construção de grandes barragens assume um carácter estratégico para assegurar o abastecimento nacional e não ficar dependente da boa vontade dos vizinhos.

Nesse sentido e para além destas barragens na Etiópia, já há várias outras grandes barragens em África.

A barragem do Assuão, no Egito, ficou pronta em 1971 após 11 anos de obras, tendo sido apresentada como um grande feito dos egípcios durante a presidência de Nasser. A sua construção foi iniciada nos anos 50 com o financiamento dos EUA e do Reino Unido. A posterior retirada destes apoios fez com que o Presidente Nasser nacionalizasse o Canal de Suez para financiar a obra. Esta é a barragem mais potente no continente africano, com uma capacidade instalada de 2.100 MW. O lago criado pela barragem pode armazenar até 169 quilómetros cúbicos de água. A sua principal fonte de abastecimento é o rio Nilo.

A barragem de Cahora Bassa encontra-se situada na província moçambicana de Tete, foi construída pelos portugueses nos anos 70 do século passado no rio Zambeze. Embora tivesse uma enorme mais-valia económica, a principal razão para a sua construção foi política. Portugal pretendia criar um polo de desenvolvimento na província de Tete que permitisse travar o avanço das ações militares da FRELIMO durante a guerra colonial.

Com a capacidade de produzir cerca de 2.000 MW de energia, esta barragem iria permitir não só abastecer Moçambique como também exportar para os países vizinhos, nomeadamente, para a África do Sul e Zimbabué. Depois de ter sido seriamente afetada pela guerra civil moçambicana, e após obras de recuperação, Cahora Bassa voltou, no início dos anos 2000, a produzir e a exportar energia.

A barragem de Kariba no rio Zambeze, e que abastece a Zâmbia e o Zimbabué, é outra das grandes barragens africanas. Esta barragem é um bom exemplo de cooperação transfronteiriça entre estes dois países, usufruindo ambos das suas capacidades hidroelétricas. A parte zambiana tem uma capacidade de produção de 960 MW, enquanto a parte zimbabueana produz 660 MW. Em curso estão obras de expansão da capacidade hidroelétrica de Kariba que deverão estar concluídas em 2019.

As barragens Ingas I e II no rio Congo estão localizadas na Republica Democrática do Congo (RDC). As barragens Inga que, em conjunto, representam uma capacidade 1.800 MW, faziam parte do plano de desenvolvimento do país desenhado pelo Presidente Mobutu Sese Seko nas décadas de 70 e 80 do século passado.

Face às enormes capacidades hídricas do país, as autoridades de Kinshasa já elaboraram planos para construir a barragem Inga III, também no rio Congo, a qual terá uma capacidade de cerca de 5.000 MW.

Porém, a crónica instabilidade no país, associada à falta de manutenção das duas barragens Inga já existentes, faz com que a produção esteja bastante abaixo das suas reais capacidades de produção, e, por outro lado, há bastante receio dos investidores internacionais em apostarem na construção de uma nova infraestrutura num contexto de grandes incertezas e inseguranças.

[CEDEAO Pretender Criar Moeda Única](#)

Os líderes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reuniram-se, em fevereiro passado, em Acra para um debater a questão da adoção de uma moeda única para a região. A ideia é que essa nova moeda, o ECO, possa estar a circular já em 2020. Até lá é necessário que seja criado o Banco Central da CEDEAO, o qual passará a ser o responsável pela emissão e controlo da nova moeda.

O projeto da moeda única foi aprovado na 24.^a reunião do Conselho de Ministros e Governantes da futura Zona Monetária Oeste-Africana (ZMOA) e da União Monetária da CEDEAO.

Apesar desta intenção, há vários países da CEDEAO que são acusados de estarem, à diversos anos, a impedir que o processo da criação da nova moeda avance. Esta resistência deve-se ao receio das economias mais fracas de serem absorvidas pelas economias mais fortes da região.

Embora o processo de criação de uma moeda única dentro da CEDEAO seja um processo já antigo, foi sobretudo a partir de 2013, que este processo conheceu um forte impulso devido à ação conjunta do Gana e do Níger.

Antes da criação da nova moeda é necessário que seja feita uma harmonização das políticas monetárias entre as oito moedas que circulam entre os estados membros da CEDEAO.

Neste momento há oito países que utilizam o Franco da Comunidade Financeira Africana (Franco CFA) cuja convertibilidade em relação ao euro está assegurada pelo tesouro francês. Os países que utilizam esta moeda pertencem à União Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e são os seguintes: Benim; Burkina Faso; Costa do Marfim; Guiné Bissau; Mali; Níger; Senegal e Togo.

Os restantes sete países da CEDEAO mantêm a sua moeda nacional: Cabo Verde, o escudo cabo-verdiano; a Gâmbia, o dalasi; o Gana, o cedi; a Guiné Conacri, o franco guineense; a Libéria, o dólar liberiano; a Nigéria, a naira e a Serra Leoa, o leão.

[A Influência Turca em África](#)

A Turquia tem vindo a afirmar-se com um dos novos parceiros de África mais ativos, a par Índia e da China. Esta prioridade dada a África pelo Presidente turco, Recep Erdogan, fica bem patente pelas diversas viagens que este tem efetuado ao continente africano e pela crescente presença turca a nível económico, social e político num número, cada vez maior, de países africanos.

Também ao nível da educação a presença turca em África tem vindo a crescer. Atualmente existem 88 escolas em países como a Tunísia, a Tanzânia, o Sudão, a

Somália, a Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, o Senegal, o Níger, a Mauritânia, o Mali, a República do Congo, a Guiné, a Gâmbia, o Chade e o Djibuti.

Esta ofensiva africana do governo turco iniciou-se em 2005, apostando numa maior relação comercial com vista a estreitar os laços da Turquia com os países africanos.

O volume comercial da Turquia com África aumentou seis vezes nos últimos 13 anos, tendo alcançado os 17,5 mil milhões de USD em 2017. O investimento direto da Turquia em África, em 2017, foi de 6,5 mil milhões de USD.

Esta aproximação a África é também visível através da estratégia de expansão da companhia aérea Turkish Airlines, que é a companhia, a nível mundial, com mais voos para o continente africano. Com a inauguração, em fevereiro deste ano, do seu voo para Freetown, na Libéria, a Turkish Airlines passa a ter 52 destinos em África. Em junho deste ano, com a inauguração do voo para as Ilhas Comores, os destinos passarão a ser 53.

O grande objetivo turco é o de alargar a sua influência económica e política em África de modo a obter novos aliados para a sua política externa. Simultaneamente, Erdogan tem privilegiado as relações com países africanos que detenham uma forte população islâmica.

Na mais recente deslocação a África, realizada em março deste ano, Erdogan visitou o Senegal, a Argélia, a Mauritânia e o Mali.

No Senegal, Erdogan participou num fórum económico e visitou um centro de logístico construído por empresas turcas. Neste país a presença turca tem sido bem visível no setor da construção de infraestruturas relacionadas com a cultura e o turismo.

A visita à Argélia visou reforçar a componente de investimentos turcos no país, os quais já estão bem presentes nos setores dos têxteis e na indústria siderúrgica. A Turquia é dos destinos preferidos dos argelinos. Anualmente, 200 mil cidadãos argelinos visitam aquele país, para turismo e negócios. Esta foi a terceira visita oficial de Erdogan à Argélia, depois daquelas que efetuou em novembro de 2014 e junho de 2013, na altura enquanto Primeiro-ministro.

Na Mauritânia o Presidente turco anunciou um apoio de 4 milhões de euros do seu governo à força regional G-5, constituída pelo Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, e cujo objetivo é combater a expansão do terrorismo na região do Sahel.

Esta força conta já com o apoio de vários países ocidentais, nomeadamente da França e da Alemanha. Este apoio visa fortalecer as forças de segurança destes países, ao nível do equipamento e da formação dos militares, de modo a conseguir travar a expansão dos movimentos radicais que atuam nesta região de África.

Para além do setor da segurança, também as relações económicas entre a Turquia e a Mauritânia foram abrangidas durante a visita de Erdogan com a assinatura de diversos acordos nas áreas da pesca, agricultura, turismo, hidrocarbonetos e minas. Além de terem selado compromissos de proteção dos investimentos turcos no país, os quais assumem, cada vez mais, um papel importante para a economia mauritana.

No Mali o Presidente turco prometeu continuar a apoiar a estabilização do país, quer através do reforço do auxílio ao G-5, quer em termos bilaterais. Erdogan também anunciou a intenção de reforçar as trocas comerciais com o Mali, cujo volume atual é muito baixo, não chegando aos 100 milhões de USD. Ao nível do apoio no terreno, através da agência de cooperação turca, a Turkish Cooperation and Coordination Agency (TIKA), os principais projetos em curso estão relacionados com a recuperação de infraestruturas públicas, nomeadamente, no acesso a água potável.

Estas visitas também serviram para Erdogan agradecer aos países africanos por terem votado contra os EUA na decisão sobre o estatuto de Jerusalém, que continua a não ser reconhecida como capital de Israel.

[Moçambique Tenta Renegociar a Dívida](#)

Apesar das enormes potencialidades económicas que Moçambique dispõe, nomeadamente, devido às reservas de gás natural consideradas as terceiras maiores a nível mundial, o país continua abraços com uma crise financeira, em grande parte, provocada pelo caso das dívidas ocultas.

Este caso surgiu com a divulgação de que três empresas públicas, a EMATUM, PROINDICTUS e a MAM, teriam contraído dívidas no valor de 2 mil milhões de USD, junto dos bancos Credit Suisse e do russo VTB, com garantias do estado, sem que as

autoridades competentes, a oposição e a sociedade civil tivessem tido conhecido disso. Uma investigação posterior, efetuada pela consultora internacional Kroll, não foi capaz de descobrir o destino final destas verbas nem os reais beneficiários.

Com vista a melhorar a sua imagem internacional, Moçambique tentou, em março passado em Londres, encontrar junto dos seus credores, que detêm mais de 80% da dívida, uma solução para esta dívida que passasse pela reestruturação da mesma. O objetivo do Governo moçambicano foi o de apresentar aos credores os desenvolvimentos fiscais e macroeconómicos recentes registados no país e propostas de reestruturação da dívida comercial para que obtivessem a concordância destes credores.

Apesar de algum otimismo com que se iniciou o encontro com os credores, estes acabaram por rejeitar a proposta apresentada pela parte moçambicana.

O ministro moçambicano da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, propôs aos credores um corte de 50% da dívida atrasada, 318 milhões de euros do total de 636 milhões de dólares em dívida que já devia ter sido paga. Paralelamente, também foi proposto um perdão de dívida de 50% nos juros passados e nas penalizações e alterações às taxas de juro e à maturidade da emissão de dívida, cujo prazo inicial terminava em 2020 e já foi alargado para 2023 no final de 2016.

Esta decisão dos credores foi um sério revês para Moçambique, tanto mais que o FMI continua a ter uma posição de não apoiar financeiramente Moçambique até que sejam divulgados os beneficiários das dívidas ocultas.

Face a esta decisão do FMI, os parceiros internacionais de Moçambique que participavam no apoio direto ao orçamento do país, entre eles Portugal, e que era uma importante fonte de financiamento externo do estado moçambicano, também não preveem retomar este instrumento de cooperação até que esta questão esteja esclarecida.

[Filho de Khadafi Pondera Candidatura Presidencial](#)

O filho do antigo Presidente líbio, Muammar Khadafi, Saif al Islam anunciou a sua intenção de concorrer às eleições presidenciais que terão lugar em finais de 2018.

Saif al Islam foi um dos defensores mais radicais do regime do seu pai. Quando Khadafi foi morto em 2011 em Sirte, depois de 42 anos no poder, Saif al Islam tentou fugir do país através da fronteira sul com o Níger.

Considerado o herdeiro político de Khadafi, e seu eventual sucessor, Saif al Islam foi acusado de crimes contra a humanidade devido à ação das suas milícias que tentaram defender, até ao fim, o regime do seu pai.

Para além de Saif, também foram condenados, na mesma altura, o antigo Chefe dos Serviços Secretos líbios, Abdullah Senussi, e o antigo Primeiro-ministro líbio, Baghdadi al Mahmudi. Julgados em 2015, foram todos condenados à morte. No entanto, acabariam por ser amnistiados e libertados em junho de 2017.

A candidatura de Saif al Islam contará com o apoio da Frente Popular de Libertação da Líbia, movimento que congrega os apoiantes do regime de Khadafi e que defende que o que sucedeu em 2011 não foi uma revolução interna, mas uma intervenção estrangeira destinada a controlar os recursos naturais da Líbia.

Face ao atual complexo quadro político líbio, onde as fidelidades estão fortemente concentradas nas várias tribos líbias, Saif al Islam afirma, à semelhança do que tinha sucedido com o seu pai, que ele é o único capaz de unir todos os líbios à volta de um projeto comum.

Apesar destas intenções, a situação de Saif al Islam poderá complicar-se se o Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia avançar com processo contra ele devido aos eventuais crimes cometidos pelas suas milícias no conflito em 2011. Mesmo que seja acusado, Saif al Islam poderá, no entanto, ficar resguardado das acusações, uma vez que a Líbia não faz parte do TPI.

[África Cria Zona de Comércio Livre](#)

Numa cimeira extraordinária da União Africana (UA), realizada na capital do Ruanda, Kigali, a 21 de março, 44 dos 55 países africanos assinaram o acordo que criou uma zona de livre comércio continental. Para que esta zona de livre comércio entre em vigor é ainda necessário que o acordo seja ratificado por, pelo menos, 22 dos países signatários.

Esta nova zona permitirá aumentar em 60% o comércio intercontinental e será uma das maiores zonas económicas do mundo com 1.2 mil milhões de pessoas. Juntos, os 55 Estados da UA representam um produto interno bruto (PIB) de 2.500 mil milhões de dólares¹.

Dos 55 países africanos, onze optaram por não assinar o acordo que cria a zona de comércio livre em África, foram eles: África do Sul, Botswana, Benim, Burundi, Eritreia, Guiné Bissau, Lesotho, Serra Leoa, Namíbia, Nigéria e Zâmbia.

Apesar do otimismo à volta deste projeto económico, as duas maiores economias do continente, a África do Sul e a Nigéria, mostraram reservas em relação ao documento.

No caso sul-africano, e apesar do presidente Cyril Ramaphosa ter assinado a declaração constitutiva, o compromisso final sul-africano ficará dependente da análise de todos os contornos que envolvem uma adesão a esta zona de comércio livre. Até que estejam esclarecidos todos os pontos, é provável que a África do Sul não ratifique o documento.

A Nigéria também optou por não assinar o documento. A posição do governo nigeriano terá ficado a dever-se à pressão dos agentes económicos nacionais.

Apesar das riquezas que o país possui, o seu grau de desenvolvimento face a outros países do continente, nomeadamente do Norte de África, como o Egito, Marrocos ou a Tunísia, é menor, e por isso temem que, ao não ser suficientemente competitivos, possam ser absorvidos por outras economias.

Abolir todas as barreiras ao comércio intercontinental poderia favorecer os grupos económicos destes países, prejudicando a economia nigeriana que se veria invadida por produtos de outras regiões do continente africano. Por este motivo, o Presidente nigeriano, Muhammadu Buhari, referiu que o seu país precisava de mais tempo antes de tomar uma decisão final, motivo pelo qual nem sequer esteve presente na cimeira de Kigali da UA.

¹ African Continental Free Trade Area

https://au.int/sites/default/files/documents/33984-doc-qa_cfta_en_rev15march.pdf

Apesar o otimismo subjacente à criação desta zona de comércio livre, há vários obstáculos que é preciso ultrapassar para que se consiga operacionalizar o acordo agora assinado.

Em primeiro lugar é necessário definir onde ficará a sede desta zona de comércio livre. Apesar de ter sido sugerido por alguns países que poderia ficar em Adis Abeba junto da União Africana, a maioria rejeitou essa hipótese. Se o argumento oficial era o de diversificar os centros de poder africanos, a realidade demonstrava que muitos países não acreditam que a UA seja capaz de impulsionar esta iniciativa devido aos seus procedimentos lentos e burocráticos.

Por outro lado, um grande desafio será o de comunicar às populações africanas quais as vantagens deste projeto. Isto é fundamental, porque a criação de um mercado de 1.200 milhões de pessoas não só cria oportunidades, como também cria receios em algumas camadas da população.

[Justiça Sul-Africana Investiga Ex-Presidente Zuma](#)

Apesar de se ter demitido a 14 de fevereiro, evitando assim ser destituído pelo parlamento sul-africano, o antigo Presidente Jacob Zuma irá ser julgado por corrupção a 8 de junho. Durante a sua presidência foram-se acumulado os casos de má gestão de fundos, lavagem de dinheiro e favorecimento de determinados agentes económicos que envolviam o Presidente sul-africano.

O caso pelo qual Zuma será julgado remonta a 2009 e tem a ver com as acusações relacionadas com a compra de armamento para o exército sul-africano, em que Zuma terá sido beneficiado.

O processo de modernização das forças armadas sul-africanas começou ainda nos anos 90, mas já sob a égide do novo regime pós-apartheid. Apesar da marinha sul-africana ter solicitado algum equipamento novo, o que foi decidido foi apostar num ambicioso plano de modernização militar que passava pela compra de submarinos, aviões de combate e barcos patrulha. Este plano envolveu custos astronómicos e seria apoiado por diversas empresas europeias de armamento.

O problema com este plano é que ia muito para além das reais necessidades das forças armadas sul-africanas e endividou o país por muito tempo. Paralelamente, importantes comissões foram pagas a diversos dirigentes do ANC.

Entre las empresas europeias envolvidas destacam-se a francesa Thales de quem Jacob Zuma terá, alegadamente, recebido um suborno de 600.000 USD.

Eleições Presidenciais no Egito

O Presidente egípcio, Abdel Fatah Al Sisi foi reeleito nas eleições de março passado com 97% dos votos. Apesar deste resultado esmagador, a verdade é que apenas 41% dos egípcios votaram, bem menos do que há quatro anos atrás. Nas eleições de 2014, que Al Sisi também venceu de uma forma clara contra Hamdeen Sabahi, a taxa de participação tinha sido de 47,5%.

Segundo a oposição, a taxa de participação poderá ter sido, porventura, ainda mais baixa porque a Comissão Eleitoral egípcia é totalmente controlada por apoiantes de Al Sisi. Nem o facto de as urnas terem permanecido abertas durante 3 dias, nem a existência da obrigatoriedade de votar, com a aplicação de multas a quem não o faça, terá ajudado a aumentar a participação eleitoral.

Apesar de ter sido eleito por mais 4 anos, até 2022, não é de excluir que Al Sisi, à semelhança do que tem acontecido noutros países africanos, intente modificar a constituição com objetivo de eliminar os limites aos mandatos presidenciais.

O adversário de Al Sisi nestas eleições foi Musa Mustafá Musa que apenas obteve 3% dos votos e era considerado um candidato fantoche próximo do atual Presidente egípcio.

Um elemento curioso destas eleições foi o facto de entre os 24 milhões de votos depositados, num total de 59 milhões de potenciais eleitores, ter havido dois milhões de boletins considerados nulos, naquilo que foi visto como um voto de protesto. Estes votos nulos superaram os obtidos por Mustafá Musa que obteve apenas 800 mil votos.

Esta vitória de Al Sisi era mais do que esperada devido à falta de candidatos da oposição. Durante o processo de apresentação de candidaturas, surgiram cinco

candidatos da oposição, mas, depois de terem sido detidos e intimidados, acabaram por desistir de concorrer.

Entre aqueles que tentaram candidatar-se, estava o antigo Chefe de Estado-Maior do exército egípcio, o General Sami Annan, o qual foi obrigado a desistir por se ter envolvido na vida política sem a autorização das Forças Armadas. Annan acabou por ser detido, tendo ficado em prisão domiciliária.

Outro candidato afastado foi Ahmed Shafiq, antigo comandante da Força Aérea egípcia e o último Primeiro-ministro de Hosni Mubarak, expulso dos Emirados Árabes Unidos, onde estava exilado, quando anunciou a intenção de se candidatar acabou por ser detido e ficar em prisão domiciliária.

Apesar de ter ascendido ao poder através de um golpe de estado em 2013 que derrubou o Presidente Mohamed Morsi e a Irmandade Muçulmana, o qual teve grande apoio popular, o General Al Sisi tem visto a sua popularidade descer devido a um conjunto de fatores.

Depois de um primeira mandato marcado por grandes obras, nomeadamente, a construção de uma nova capital administrativa, o país foi obrigado, por imposição do FMI, a adotar um severo plano de austeridade que foi aplicado a partir de 2016.

A crescente insegurança que o país vive fruto dos ataques terroristas, acabou por ter uma influência direta na economia nacional devido à diminuição das receitas do turismo. A principal ameaça vem dos ataques do Estado Islâmico, muito ativo na zona da península do Sinai. Apesar das medidas securitárias anunciadas pelo Presidente egípcio, esta ameaça tarda em ser controlada.

Finalmente, a popularidade do regime de Al Sisi também tem diminuído fruto da política de, cada vez maior, repressão sobre a oposição. Esta política mais dura contra os seus opositores não é criticada pelo mundo ocidental, que vem em Al Sisi um garante da estabilidade na região onde existem vários exemplos de grande instabilidade como é o caso do Sudão ou da Líbia.

China Avança com a Cooperação Militar em África

Depois de ter assumido um enorme protagonismo na área económica em África, a China começa a expandir a sua influência no continente também para a esfera militar com a abertura de uma base militar no Djibuti, a qual terá capacidade para albergar 10 mil soldados.

Esta política chinesa já era visível no âmbito da ONU, onde a participação chinesa em missões de paz tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos.

A China está presente em várias das Missões de Paz da ONU que, neste momento, estão ativas em África, nomeadamente, a MINUSCO na República Democrática do Congo; na MINURSO no Sara Ocidental; na UNAMID no Darfur; na UNMISS no Sudão do Sul; na UNSMIL na Líbia; na MINUSMA no Mali e na MINUSCA na República Centro Africana. O apoio chinês a estas missões é bastante diversificado, passando pelo envio de tropas, polícias, apoio médico e logístico.

Oficialmente, a China defendeu a abertura desta base no Djibuti como meio de apoiar os esforços internacionais na área de combate ao terrorismo, à pirataria marítima, apoiar missões de ajuda humanitária e de emergência.

Para além destes objetivos, esta expansão militar da China é considerada uma prioridade da política externa de Pequim, a qual visa a proteção dos interesses económicos e marítimos chineses, não só em África como também na região do Índico.

A base militar chinesa vai passar a coexistir com as bases de outros três países que já têm tropas neste pequeno país africano, os EUA, o Japão e a França. A presença destes contingentes militares é a prova da posição estratégica que o Djibuti goza e que é essencial para a navegação mundial.

A presença militar chinesa no Djibuti vem reforçar a relação entre estes dois países. Do ponto de vista económico, a China já é um importante parceiro para o Djibuti, tendo apoiado a renovação do porto de águas profundas, o aeroporto internacional e a construção de uma linha de caminho-de-ferro que une Djibuti a Adis Abeba na Etiópia. Para além destes investimentos, a China pagará, anualmente, uma renda de 100 MUSD pela utilização da base militar.

Presidente do Zimbabué Revê a Política da Terra

Uma das decisões mais controversas do antigo Presidente do Zimbabué, Robert Mugabe, foi a decisão, em 2000, de iniciar uma reforma agrária, expulsando os seus proprietários, a maioria deles brancos, sem direito a qualquer indemnização.

O sucesso da transição do regime minoritário de Ian Smith para o governo da maioria negra, liderado por Robert Mugabe, no Zimbabué deveu-se à assinatura, com mediação do governo inglês, do Acordo de Lancaster House, assinado em Londres em 1979.

Uma das principais cláusulas deste Acordo dizia respeito à questão da titularidade da terra, a maior parte da qual estava na mão de fazendeiros brancos. O que ficou estipulado foi que o novo governo não poderia mexer na questão da posse da terra durante 10 anos, ou seja, até 1990. Após esse período, o processo de transição deveria ser por mútuo acordo e com direito a indemnizações aos fazendeiros que se vissem privados da sua terra.

Estas fazendas eram essenciais para o setor agrícola do país, não só em termos de abastecimento do mercado doméstico, mas também ao nível das exportações. O Zimbabué chegou a ser considerado o celeiro da África Austral, tendo sido essencial para abastecer vários países da região, nomeadamente, Moçambique durante os anos 80 do século passado.

Depois de um período de crescimento económico e de otimismo em relação ao futuro, o Zimbabué entrou numa crise económica, em grande medida, devido a opções governamentais erradas. Face à crescente contestação interna, Mugabe optou por radicalizar o seu discurso visando a população branca como meio de afastar as críticas.

Até 2000 cerca de 3.500 cidadãos brancos detinham quase 4.500 fazendas, as quais ocupavam a melhor terra do país. Atualmente, de acordo com dados da União Comercial de Agricultores do Zimbabué, existem cerca de 200 fazendeiros brancos.

A partir de 2000, Mugabe decidiu avançar com uma reforma agrária compulsiva, expulsando violentamente os fazendeiros brancos das suas terras e não aceitando

compensa-los financeiramente por esta decisão. O objetivo era o de distribuir a terra aos agricultores negros.

Porém, esta reforma agrária teve resultados desastrosos para o país. As melhores terras forem entregues a aliados de Mugabe que, na maioria dos casos, não continuaram a produzir. As terras que foram entregues a agricultores negros não foram acompanhados por qualquer tipo de apoios, o que os impossibilitou de produzir para além do autoabastecimento.

Esta política provocou a morte de alguns fazendeiros que tentaram resistir e foi duramente criticada pelo principal partido da oposição zimbabueana, o Movement for a Democratic Change (MDC).

Com o derrube de Robert Mugabe, e a sua substituição por Emmerson Mnangagwa em finais de 2017, houve uma alteração desta política. O novo Presidente do país decidiu, sem pôr em causa a reforma agrária, alterar os objetivos e os termos como esta estava a ser feita.

As razões para esta mudança de posição estão relacionadas com a necessidade de revitalizar o setor agrícola do país, essencial para a economia, e recuperar os empregos que foram perdidos ao longo dos últimos 18 anos e que são fundamentais para as populações das zonas rurais. Para além destes motivos internos, o Presidente Mnangagwa também decidiu inverter esta política com vista a melhorar a imagem internacional do país.

A grande alteração foi o facto dos fazendeiros brancos zimbabueanos passaram a serem incluídos no programa de arrendamento de terras por 99 anos, até aqui exclusivo apenas dos nacionais negros. Durante a presidência de Mugabe, os fazendeiros brancos apenas podiam arrendar terras por um prazo máximo de cinco anos.

Esta decisão de Mnangagwa já permitiu a devolução de uma fazenda ao seu antigo proprietário na região de Manicaland, em que a pressão da população local para que tal acontecesse foi decisiva.

O novo governo de Harare também anunciou que irá indemnizar os fazendeiros que foram expulsos das suas terras, embora não seja claro como é que será calculado o valor da indemnização, nem de onde virão os recursos financeiros necessários.

[Nova Proposta para resolução da Crise Guineense](#)

Face à continuação do impasse político que se vivia na Guiné Bissau, em que o chefe do Governo Artur Silva, indigitado Primeiro-Ministro em janeiro passado pelo Presidente José Mario Vaz, não era reconhecido pelos principais atores políticos do país e nem conseguia formar governo, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enviou, em abril, uma nova missão política a Bissau.

Ao contrário de deslocações anteriores, a missão da CEDEAO, liderada por Robert Dussey, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Togo, saiu de Bissau otimista em relação a uma solução para a crise política guineense. Tal otimismo ficou a dever-se a uma atitude construtiva que todos os atores guineenses manifestaram durante os encontros com a missão da CEDEAO.

Este clima favorável permitiu que os principais intervenientes na crise política guineense, Presidente da República, o maior partido do país, o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) e o maior partido da oposição, o Partido Renovador Social (PRS) se tivessem deslocado, a 14 de abril, a Lomé para, à margem da Cimeira extraordinária da CEDEAO, encontrar uma solução de consenso que permitisse terminar o impasse político e institucional que já se prolongava há mais de três anos.

Esta solução permitiu, igualmente, que a Assembleia Nacional guineense, que se encontrava paralisada desde 2016, pudesse retomar o seu funcionamento. Tendo reiniciado os seus trabalhos a 19 de abril, o ambiente que se viveu na Assembleia Nacional refletiu bem o espírito de compromisso que existe entre os principais partidos guineenses.

Este entendimento permitiu que tanto o PAIGC como o PRS apoiassem a eleição de José Pedro Sambu, juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, tendo obtido o voto favorável de 94 dos 102 deputados guineenses, para o cargo de Presidente da Comissão Nacional de Eleições, entidade que será responsável pela preparação das eleições de novembro próximo.

A realização das próximas eleições, marcadas para 18 de novembro próximo, irá custar cerca de 7 MUSD, sendo que o governo guineense apenas dispõe de um orçamento de 1 MUSD para esse fim. Assim, e à semelhança de outros atos eleitorais, a sua realização fica dependente de apoio financeiro externo.

A reabertura da Assembleia Nacional também permitiu que o mandato da mesma, que deveria terminar a 23 de abril, fosse prorrogado por mais seis meses até à realização das próximas eleições legislativas.

O acordo alcançado facilitou a nomeação, a 16 de abril, de um novo Primeiro-ministro. A escolha recaiu em Aristides Gomes, figura de destaque dentro do PAIGC e tida como próxima do Presidente deste partido, Domingos Simões Pereira. Formado em França em sociologia, Aristides Gomes já tinha desempenhado o cargo de Primeiro-ministro, entre novembro de 2005 a abril de 2007, durante a segunda presidência de Nino Viera. Aristides Gomes será a sétima individualidade a ocupar este cargo na presente legislatura.

O acordo alcançado em Lomé determinou a criação de um governo de unidade nacional em que deverão estar representados todos os partidos com assento parlamentar em termos proporcionais. Segundo esta fórmula, o PAIGC ficará com 10 e o PRS com nove pelouros. Os três outros partidos com assento parlamentar, o Partido da Convergência Democrática (PCD), o Partido da Nova Democracia (PND) e a União para Mudança, irão ficar, cada um, com uma pasta. Esta solução teve a concordância quer do PAIGC, que tinha vencido as últimas eleições legislativas, quer do PRS, maior partido da oposição.

Ao apresentar a composição do novo Governo, Aristides Gomes anunciou que iria acumular, juntamente com a função de Primeiro-Ministro, a pasta das Finanças e da Economia.